



**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES**  
Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

**RESOLUÇÃO Nº 06/2024, de 01 de abril de 2024.**

**= ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA – TR, PARA AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS DE QUE TRATA A LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. =**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA**, infra-assinados, no uso das prerrogativas legais que lhe conferem o art. 33, do Regimento Interno e o artigo 41 da Lei Orgânica deste Município.

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES, aprovou e o Presidente **PROMULGA** a seguinte Resolução:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**  
**SEÇÃO I**  
**DO OBJETO**

**Art. 1º** - Esta Resolução dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

**SEÇÃO II**  
**DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 2º** - Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

**I** - Termo de Referência - TR: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os parâmetros e elementos descritivos estabelecidos no art. 9º, da Lei nº 14.133/2021, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação;

**II** - Requisitante: agente ou núcleo responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços e obras e requerê-la;

**III** - Área técnica: agente ou núcleo com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, responsável por analisar o documento de formalização de demanda, e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza;

**IV** - Equipe de planejamento da contratação: conjunto de agentes que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de planejamento da contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos-operacionais e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

**§ 1º** - Os papéis de requisitante e de área técnica poderão ser exercidos pelo mesmo agente público ou unidade, desde que, no exercício dessas atribuições, detenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, observado o disposto no inciso III do artigo.

**§ 2º** - A definição dos requisitantes, das áreas técnicas e da equipe de planejamento da contratação não ensejará, obrigatoriamente, a criação de novas estruturas nas unidades

ISAQUE MAIA  
ELOI:1070376  
8760

Assinado de forma  
digital por ISAQUE  
MAIA  
ELOI:10703768760  
Dados: 2024.04.03  
15:15:35 -03'00'

**Rua Getúlio da Silva Guanandy - 01 - Centro - Conceição da Barra - ES - CEP 29960-000 -  
Caixa Posta 98 - FAX 27 3762-1098 - email: cm.barra@hotmail.com**

**Página | 1**



organizacionais dos órgãos e das entidades.

**CAPÍTULO II**  
**ELABORAÇÃO**  
**SEÇÃO I**  
**DAS DIRETRIZES GERAIS**

**Art. 3º** - O Termo de Referência - TR, a partir dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, se elaborados, definirá o objeto para atendimento da necessidade, a ser enviado para o setor de contratações no prazo definido no calendário de contratação de que trata o art. 5º da Resolução que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações.

**§1º** - Os processos de contratação direta de que trata o art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão instruídos com o TR, observado em especial os arts. 8º e 10.

**§2º** - O Termo de Referência - TR será utilizado pelo órgão comoreferência para a análise e avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

**Art. 4º** - O Termo de Referência - TR deverá estar alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração.

**Art. 5º** - O Termo de Referência - TR será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação ou Comissão Permanente de Contratação (CPC).

**SEÇÃO II**  
**DO CONTEÚDO**

**Art. 6º** - Deverão constar do Termo de Referência os seguintes elementos:

**I** - Definição do objeto, incluídos:

**a)** Sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

**b)** A especificação do bem ou do serviço, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização de que trata a Resolução específica, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

**c)** A indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

**d)** A especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

**II** - Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes, quando elaborados, ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

**III** - Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto, com preferência a arranjos inovadores em sede de economia circular;

**IV** - Requisitos da contratação;

**V** - Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

**VI** - Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será

ISAQUE  
MAIA  
ELOI:1070  
3768760

Assinado de forma  
digital por ISAQUE  
MAIA  
ELOI:10703768760  
Dados: 2024.04.03  
15:15:59 -03'00'





**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES**  
Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

**VII** - Critérios de medição e de pagamento;

**VIII** - Forma e critérios de seleção do fornecedor, optando-se pelo critério de julgamento de técnica e preço, conforme o disposto no § 1º do art. 36 da Lei nº 14.133/2021, sempre que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostasque superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração;

**IX** - Estimativas do valor da contratação, nos termos da Resolução da Pesquisa de Preços, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado; e

**X** - Adequação orçamentária, quando não se tratar de sistema de registro de preços.

**Parágrafo único** - Na hipótese de o processo de contratação não dispor de estudo técnico preliminar, com base na Resolução que dispõe sobre Estudo Técnico Preliminar:

**XI** - A fundamentação da contratação, conforme disposto no inciso II deste artigo, consistirá em justificativa de mérito para a contratação e do quantitativo pleiteado;

**XII** - O TR deverá apresentar demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade.

### Seção III

## DAS EXCEÇÕES À ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

**Art. 7º** - A elaboração do Termo de Referência é dispensada na hipótesedo inciso III do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, nas adesões a atas de registro de preçose nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.

**Parágrafo único** - Nas adesões a atas de registro de preços de que tratao caput, o estudo técnico preliminar deverá conter as informações que bem caracterizam a contratação, tais como o quantitativo demandado e o local de entrega do bem ou de prestação do serviço.

### CAPÍTULO III

## DISPOSIÇÕES FINAIS

### SEÇÃO ÚNICA

## DAS ORIENTAÇÕES GERAIS

**Art. 8º** - O Termo de Referência deverá ser divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, como anexo, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

**Art. 9º** - Os casos omissos serão dirimidos pela Administração, que poderá expedir normas complementares para a execução desta norma, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais.

**Art. 10** - Poderão ser adotados os modelos de Termo de Referência – TR, disponibilizados pela AGU – Advocacia Geral da União, so nítio

ISAQUE  
MAIA  
ELOI:10703  
768760

Assinado de forma  
digital por ISAQUE  
MAIA  
ELOI:10703768760  
Dados: 2024.04.03  
15:16:15 -03'00'

**Rua Getúlio da Silva Guanandy - 01 - Centro - Conceição da Barra - ES - CEP 29960-000 -  
Caixa Posta 98 - FAX 27 3762-1098 - email: cm.barra@hotmail.com**



**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES**  
Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos>, com as adaptações que se fizerem necessárias.

**Art. 11** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES, 01 de abril de 2024.

ISAQUE MAIA  
ELOI:10703768760

Assinado de forma digital por  
ISAQUE MAIA ELOI:10703768760  
Data: 2024.04.03 15:16:34 -0300'

**Isaque Maia Eloi**  
PRESIDENTE

**Camila Aparecida Rodrigues Pereira Figueiredo**  
VICE-PRESIDENTE

**Amauri Gomes Januário**  
PRIMEIRO SECRETÁRIO